

GUILHERME MADEIRA DEZEM

CURSO DE PROCESSO PENAL

6ª Edição
revista, atualizada e ampliada

NOVIDADES DESTA EDIÇÃO

- Questões para avaliação de aprendizagem;
- Capítulo específico sobre disposições processuais previstas em Leis Especiais;
- Apêndice com julgamentos repetitivos do STJ e julgamentos do STF com repercussão geral, em matéria processual penal.

ATUALIZADO DE ACORDO COM

- A nova Lei de Abuso de Autoridade – Lei 13.869/2019
- Decisão do STF sobre prisão em segunda instância
- Pacote anticrime

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Sumário

Nota do Autor	5
Nota do autor à 2.ª Edição	9
Nota do autor à 3.ª Edição	11
Nota do autor à 4.ª Edição	13
Nota do autor à 5.ª Edição	15
Nota do autor à 6.ª Edição	17
Capítulo 1. Matizes ideológicos do processo penal e a constante busca do equilíbrio	56
Capítulo 2. As fontes do processo penal, sua leitura normativa e a interpretação no processo penal	66
2.1. Noções gerais	67
2.2. Leitura Normativa (Constituição Federal, Tratados e Legislação extravagante) – o Controle de convencionalidade das leis.....	69
2.2.1. Constituição Federal, Tratados e o Código de Processo Penal	69
2.3. Fontes do Processo Penal.....	74
2.3.1. Fontes materiais do Direito Processual Penal	75
2.3.2. Fontes formais do Direito Processual Penal.....	76
2.4. Formas de interpretação e integração do sistema processual penal	79
2.4.1. Interpretação extensiva.....	80
2.4.2. Analogia e interpretação analógica.....	81
2.4.3. Princípios gerais do Direito	83
2.5. Controle de convencionalidade	83

Capítulo 3. Sistemas processuais penais	92
3.1. Sistema – noção e importância	93
3.2. Sistema inquisitivo	98
3.3. Sistema acusatório	101
3.4. Sistema misto.....	106
3.5. Sistema acusatório e pacote anticrime	109
Capítulo 4. Princípios do processo penal.....	114
4.1. Princípios – noção e importância.....	115
4.2. Princípio da ampla defesa.....	116
4.2.1. Autodefesa	117
4.2.1.1. Autodefesa e acusado estrangeiro ...	119
4.2.2. Defesa técnica.....	121
4.3. Princípio do acesso à justiça criminal	124
4.4. Princípio do contraditório	127
4.5. Princípio do devido processo legal.....	130
4.6. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	134
4.7. Princípio do duplo grau de jurisdição (duplo grau de jurisdição voluntário, duplo grau de jurisdição mínimo ou princípio do controle hierárquico)	139
4.8. Princípio da duração razoável do processo.....	141
4.8.1. Origem.....	141
4.8.2. Noção e critérios.....	142
4.9. Princípio da economia processual.....	143
4.10. Princípio da iniciativa das partes.....	144
4.11. Princípio do impulso oficial.....	145
4.12. Princípio da isonomia.....	145
4.13. Princípio do juiz natural (princípio do juiz legal, do juiz constitucional, da naturalidade do juiz).....	147
4.14. Princípio da lealdade processual (princípio da probidade ou da boa-fé).....	149
4.15. Princípio da motivação das decisões	150
4.16. Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> (vedação da produção de prova contra si próprio, princípio da não autoincriminação ou <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i>).....	153

Capítulo 5. A aplicação da lei processual penal	156
5.1. Sistemas de solução de conflito de leis processuais no tempo.....	157
5.2. Exceções legais ao princípio do <i>tempus regit actum</i>	158
5.3. Exceções admitidas pela doutrina e pela jurisprudência.....	159
5.4. Lei Processual Penal no Espaço.....	161
Capítulo 6. Inquérito policial e outras formas de investigação preliminar	164
6.1. Investigação preliminar: noção e formas	166
6.1.1. Investigação Preliminar por Comissão Parlamentar de Inquérito.....	166
6.1.2. A investigação pelo Ministério Público	168
6.1.2.1. Acordo de Não Persecução Penal....	175
6.1.3. A investigação no Juizado Especial Criminal.....	187
6.1.4. Inquérito Civil	188
6.1.5. A investigação defensiva	188
6.2. As várias polícias existentes no Brasil e suas funções.....	189
6.2.1. Polícia Federal	191
6.2.2. Demais polícias e Detetive Particular.....	194
6.3. Inquérito policial	195
6.3.1. Noção e natureza jurídica	195
6.3.2. Características.....	196
6.3.2.1. Procedimento escrito	197
6.3.2.2. Procedimento sigiloso	197
6.3.2.3. Procedimento indisponível.....	203
6.3.2.4. Procedimento obrigatório	203
6.3.2.5. Procedimento dispensável.....	203
6.3.2.6. Caráter discricionário da investigação ...	204
6.3.2.7. Caráter inquisitivo	204
6.3.2.7.1. Defesa no inquérito policial e o Pacote Anticrime	207
6.3.2.8. Caráter oficial	210
6.3.2.9. Caráter oficioso	210
6.3.3. Finalidade do Inquérito Policial.....	211

6.3.4.	A presidência do Inquérito Policial	211
6.3.5.	O valor probatório do inquérito	214
6.4.	Início do inquérito policial	216
6.4.1.	<i>Notitia criminis</i>	217
6.4.1.1.	<i>Delatio criminis</i> inqualificada e a instauração do inquérito policial	219
6.4.1.2.	<i>Whistleblower</i>	220
6.4.2.	Requerimento do ofendido ou de seu representante legal.....	222
6.4.3.	Requisição do Juiz ou do Ministério Público	222
6.4.4.	Diferença entre requisição e requerimento	224
6.4.5.	Auto de prisão em flagrante	224
6.4.6.	De ofício - Portaria.....	225
6.4.7.	Início do inquérito policial nos crimes de ação penal pública condicionada e ação penal de iniciativa privada.....	225
6.4.8.	O princípio da obrigatoriedade e a instauração do inquérito policial	226
6.5.	Desenvolvimento do inquérito policial	227
6.5.1.	Reprodução simulada dos fatos.....	228
6.5.2.	Prazo para a conclusão do inquérito.....	229
6.5.2.1.	Cômputo do período de prisão temporária.....	234
6.5.3.	Incomunicabilidade do indiciado preso	235
6.5.4.	Indiciamento	236
6.5.4.1.	Indiciamento e <i>Habeas Corpus</i>	238
6.5.4.2.	Condutas a serem tomadas com o indiciamento e as modalidades de indiciamento	239
6.5.5.	A identificação criminal.....	241
6.5.5.1.	Regras que regem o tema e abrangência dos atos	241
6.5.5.2.	Hipóteses de identificação criminal ...	242
6.5.5.3.	Identificação criminal e o uso do material em outras investigações	246
6.5.6.	Indiciado menor - nomeação de curador	247

6.5.7.	Irregularidades no inquérito e suas repercussões ...	247
6.5.8.	Requisição administrativa	248
6.5.9.	Meios de obtenção de prova e teoria do juízo aparente (o problema envolvendo as autoridades com prerrogativa de função).....	249
6.5.10.	Meios de obtenção de prova: os artigos 13-A e 13-B do CPP e investigação digital em fontes abertas	253
6.6.	O encerramento do inquérito policial.....	258
6.6.1.	Encerramento do inquérito policial nos crimes de ação penal de iniciativa privada.....	259
6.6.2.	Encerramento nos casos envolvendo ação penal de iniciativa pública.....	259
6.6.3.	Arquivamento do inquérito policial.....	261
6.6.3.1.	Modalidades de arquivamento	264
6.6.3.2.	Recorribilidade do arquivamento.....	266
6.6.3.3.	Arquivamento de ofício pelo Poder Judiciário	267
6.6.4.	Desarquivamento do inquérito policial.....	269
6.7.	Técnicas especiais de investigação e a investigação digital em fontes abertas	273
6.8.	A investigação: crises e transformações do modelo vigente .	277
6.9.	Juiz de garantias, acordo de não persecução penal e o novo modelo de arquivamento da investigação preliminar.....	279
6.9.1.	Juiz de Garantias.....	279
6.9.1.1.	Noções gerais e (in)constitucionalidade	279
6.9.1.2.	Competência e repercussões processuais.....	281
6.9.1.3.	Cessaçãõ da competência, acautelamento dos autos e outras medidas.....	288
6.9.1.4.	Impedimento do juiz de garantias	292
6.9.1.5.	Juiz de garantias e direito intertemporal	293
6.9.2.	Novo regime de arquivamento do inquérito policial...	294
Capítulo 7. Ação penal e Pressupostos Processuais.....		296
7.1.	Considerações iniciais	297

7.2.	Classificação da ação penal.....	298
7.3.	Teorias da ação: de onde viemos e para onde vamos.....	303
7.4.	Condições da ação penal e pressupostos processuais.....	305
7.4.1.	Noções gerais.....	305
7.4.2.	<i>Legitimidade ad causam</i>	308
7.4.3.	Interesse de agir.....	310
7.4.4.	Possibilidade jurídica do pedido.....	312
7.4.5.	Justa causa para a ação penal.....	313
7.4.6.	A teoria da “ <i>prospettazione</i> ”, ou teoria da asserção ou teoria da afirmação.....	315
7.4.7.	Condições específicas da ação penal ou condições de procedibilidade, condições objetivas de punibilidade, escusas absolutórias e condições de prosseguibilidade.....	316
7.4.8.	A originalidade como condição da ação.....	318
7.4.9.	Pressupostos processuais.....	318
7.5.	Ação penal de iniciativa pública incondicionada.....	321
7.5.1.	Noção e identificação.....	321
7.5.2.	Princípios.....	322
7.5.3.	Legitimidade ativa.....	328
7.5.4.	Veículo.....	328
7.6.	Ação penal pública condicionada.....	328
7.6.1.	Noção e identificação.....	328
7.6.2.	Princípios.....	329
7.6.3.	Legitimidade.....	329
7.6.4.	Veículo.....	329
7.6.5.	Representação.....	330
7.6.5.1.	Noção e natureza jurídica da representação.....	330
7.6.5.2.	Legitimado ativo.....	331
7.6.5.2.1.	Sucessão processual.....	333
7.6.5.3.	Destinatários da representação.....	334
7.6.5.4.	Prazo da representação.....	335
7.6.5.5.	Aspecto formal: a forma da representação.....	336
7.6.5.6.	Retratação da representação.....	336

7.6.5.7.	Não vinculação da representação ...	337
7.6.6.	Requisição do Ministro da Justiça.....	338
7.6.7.	Consequências da falta de representação ou de requisição e o problema da desclassificação do crime.....	340
7.7.	Ação penal de iniciativa privada.....	342
7.7.1.	Noção, espécies e identificação.....	342
7.7.2.	Princípios.....	343
7.7.3.	Legitimidade ativa.....	345
7.7.3.1.	Sucessão processual.....	346
7.7.4.	Veículo.....	347
7.7.5.	Aspecto temporal – O prazo para o oferecimento da queixa-crime.....	347
7.7.6.	Ação Penal de Iniciativa Privada Personalíssima ...	349
7.7.7.	Ação Penal Privada Subsidiária da Pública.....	350
7.7.8.	Os óbices ilegítimos à propositura da ação penal de iniciativa privada e a Defensoria Pública.....	354
7.8.	Denúncia e queixa-crime.....	354
7.8.1.	Requisitos.....	355
7.8.1.1.	Imputação genérica e imputação geral, imputação implícita e imputa- ção alternativa.....	357
7.8.1.2.	Requisito especial da queixa-crime...	360
7.8.2.	Prazo para oferecimento da denúncia e da queixa-crime.....	363
7.8.3.	Aditamento da denúncia.....	365
7.8.4.	Aditamento da queixa-crime.....	366
7.9.	Extinção da punibilidade.....	368
7.10.	Ação penal em espécie.....	373
7.10.1.	Lei Maria da Penha e as ações penais a ela relati- vas.....	373
7.10.2.	Crimes contra a dignidade sexual.....	377
7.10.3.	Crimes contra a honra.....	379
Capítulo 8.	Ação civil.....	382
8.1.	Considerações gerais.....	383
8.2.	Sistemas existentes quanto à influência da ação penal na ação civil.....	384

8.3.	Dos efeitos da sentença penal condenatória transitada em julgado.....	387
8.4.	Efeitos civis da sentença penal absolutória e da sentença que declara extinta a punibilidade e outras questões	394
8.5.	Legitimidade do Ministério Público	401
Capítulo 9.	Competência	404
9.1.	Noções gerais e definição	405
9.2.	Classificação e espécies de competência	408
9.3.	Garantia do Juiz Natural.....	414
9.3.1.	Garantia do juiz natural e modificações posteriores da competência por lei	417
9.3.2.	Garantia do juiz natural e juiz sem rosto.....	418
9.3.3.	Garantia do juiz natural e mutirões do CNJ	419
9.3.4.	Garantia do juiz natural e convocação de juiz para atuar em tribunal	420
9.3.5.	Garantia do juiz natural e criação de vara especializada.....	422
9.3.6.	Garantia do juiz natural, suspeição e impedimento ...	422
9.4.	Princípio do <i>Kompetenz-Kompetenz</i>	423
9.5.	Os critérios de determinação de competência do Código de Processo Penal e os critérios de concretização da competência	424
9.6.	Competência Internacional	426
9.7.	Competência por prerrogativa de função (competência originária ou foro privilegiado).....	426
9.7.1.	Prerrogativa de função e competência em razão da matéria	438
9.7.2.	Prerrogativa de função e concurso de agentes....	439
9.7.3.	Renúncia de mandato e competência originária.	442
9.8.	Competência Constitucional de Justiça Especializada	445
9.9.	Competência da Justiça Federal	460
9.9.1.	Generalidades.....	460
9.9.2.	Justiça Federal e contravenções penais – art. 109, inc. IV, da CF/1988	464
9.9.3.	Justiça Federal e Crime Político – art. 109, inc. IV, da CF/1988.....	465

9.9.4.	Justiça Federal e os Crimes Praticados contra a União – art. 109, inc. IV da CF/1988	466
9.9.5.	Justiça Federal e Crimes Transnacionais – art. 109, inc. V	473
9.9.6.	Incidente de deslocamento da competência – art. 109 – V – A e § 5.º do art. 109	478
9.9.7.	Crimes contra a organização do trabalho, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira – art. 109, VI.	480
9.9.8.	Habeas Corpus e Mandado de Segurança em matéria criminal – art. 109, inc. VII e VIII	483
9.9.9.	Crimes cometidos a bordo de navio ou de aeronave – art. 109, inc. IX	484
9.9.10.	Crimes de Ingresso ou permanência irregular de estrangeiro – art. 109, X.....	487
9.9.11.	Crimes decorrentes de disputa sobre direitos indígenas – art. 109, XI.....	487
9.9.12.	Competência da Justiça Federal – Outros tópicos (atos infracionais, Jecrim Federal e execução penal)...	491
9.9.13.	A competência da Justiça Estadual	492
9.10.	Competência Territorial	493
9.10.1.	Competência territorial – regra geral do art. 70 do CPP.....	493
9.10.1.1.	Exceções à regra geral do art. 70	495
9.10.2.	Foro Supletivo – A competência pelo domicílio ou residência do réu	497
9.10.3.	Alguns casos especiais de competência territorial segundo a jurisprudência	498
9.11.	Competência de Juízo – Natureza da Infração, Distribuição, Prevenção	502
9.12.	Causas de modificação da competência – conexão e continência	504
9.12.1.	Hipóteses de conexão	505
9.12.2.	Hipóteses de continência	508
9.12.3.	Consequências da conexão e da continência	509
9.12.4.	Foro prevalente	512
9.12.5.	Prorrogação de competência	513

Capítulo 10. Das questões e processos incidentes.....	514
10.1. Noções gerais	515
10.2. Questões prejudiciais	517
10.2.1. Definição, distinção com preliminares, características e natureza jurídica	517
10.2.2. Classificações	520
10.2.2.1. Questões prejudiciais homogêneas e heterogêneas	520
10.2.2.2. Questões prejudiciais não devolutivas e devolutivas	521
10.2.2.3. Questões prejudiciais obrigatórias e facultativas.....	522
10.2.3. Sistemas de solução da questão prejudicial.....	522
10.2.4. Questão prejudicial obrigatória.....	523
10.2.5. Questão prejudicial facultativa	526
10.3. Exceções	529
10.3.1. Generalidades.....	529
10.3.2. Exceção de Suspeição, impedimento ou incompatibilidade	532
10.3.2.1. Generalidades	532
10.3.2.2. Hipóteses de cabimento	533
10.3.2.3. Legitimados ativos.....	534
10.3.2.4. Procedimento	534
10.3.2.5. Recurso	539
10.3.2.6. Suspeição do membro do Ministério Público, serventuários da justiça, jurados e autoridade policial.....	539
10.3.3. Exceção de incompetência de juízo	541
10.3.3.1. Generalidades	541
10.3.3.2. Legitimados para opor a exceção....	542
10.3.3.3. Procedimento da exceção	544
10.3.4. Demais exceções: ilegitimidade de parte, litispendência e coisa julgada	544
10.3.5. Restituição de coisas apreendidas.....	546
10.3.5.1. Generalidades	546
10.3.5.2. Requisitos	547

	10.3.5.3.	Autoridades que podem decidir sobre a restituição, procedimento e meios de impugnação	548
10.3.6.		Incidente de falsidade	550
	10.3.6.1.	Generalidades	550
	10.3.6.2	Procedimento	552
10.3.7.		Incidente de insanidade mental do acusado	554
	10.3.7.1.	Generalidades: legitimados e cabimento	554
	10.3.7.2.	Procedimento	556
	10.3.7.3.	Inimputabilidade e processo penal ...	558
10.4.		Medidas assecuratórias (medidas cautelares reais).....	560
10.4.1.		Considerações gerais.....	560
10.4.2.		Sequestro	566
	10.4.2.1.	Bens e finalidade	566
	10.4.2.2.	Requisitos do sequestro, momento e legitimidade	568
	10.4.2.3.	Levantamento	570
	10.4.2.4.	Defesa.....	572
	10.4.2.5.	O sequestro na hipótese de Crime Contra a Fazenda Pública – Dec.-lei 3.240/1941.....	574
10.4.3.		Especialização de Hipoteca Legal.....	575
	10.4.3.1.	Bens, finalidade e momento.....	575
	10.4.3.2.	Requisitos e procedimento.....	577
	10.4.3.3.	Cancelamento e defesa.....	578
10.4.4.		Arresto	578
	10.4.4.1.	Bens, finalidade e requisitos	578
	10.4.4.2.	Revogação, Levantamento e defesa .	580
10.4.5.		Quadro-resumo	581
Capítulo 11. Provas no processo penal.....			582
11.1.		Prova: importância e acepções do vocábulo.....	585
11.2.		Meios de prova, meios de pesquisa, elementos de prova, fontes de prova, objeto da prova e procedimento probatório: noções.....	588

11.2.1.	Procedimento probatório e direito à prova	593
11.2.1.1.	Procedimento probatório: o direito à prova no quadro do contraditório ou as almas do contraditório	594
11.2.1.2.	Prova e contraditório: contraditório sobre a prova e contraditório para a prova	595
11.3.	Princípios aplicáveis à prova.....	596
11.3.1.	Princípio da autorresponsabilidade das partes	596
11.3.2.	Princípio da aquisição ou comunhão de prova.....	596
11.3.3.	Princípio da oralidade	597
11.3.4.	Princípio da verdade real	598
11.3.5.	Princípio da liberdade probatória	600
11.3.6.	Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> (vedação da produção de prova contra si próprio, princípio da não autoincriminação ou <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i>).....	601
11.3.7.	Princípio da presunção de inocência.....	604
11.3.8.	Princípio da audiência contraditória	608
11.4.	Ônus da prova	608
11.5.	Poderes instrutórios do juiz	610
11.5.1.	Princípio da proporcionalidade	612
11.5.1.1.	Proporcionalidade, poderes instrutórios do juiz e o STF	613
11.6.	Prova emprestada	614
11.6.1.	A prova emprestada e seu valor probatório.....	617
11.6.2.	Prova emprestada e crimes da competência do júri	618
11.7.	Natureza das normas jurídicas sobre prova: superação da dualidade entre normas materiais e normas processuais	618
11.8.	Sistemas de apreciação das provas	622
11.8.1.	Sistema da íntima convicção (certeza moral do juiz)	622
11.8.2.	Sistema da prova legal (regras legais, certeza moral do legislador, prova tarifada).....	623
11.8.3.	Sistema da livre convicção (persuasão racional, livre convencimento motivado).....	624

11.9.	Limites ao direito à prova	625
11.10.	Prova ilícita	626
11.10.1.	Prova ilícita – Sistema pré-2008.....	627
11.10.1.1.	Prova ilícita e prova ilegítima – con- sequências no sistema pré-2008.....	629
11.10.2.	Prova ilícita – noção e efeitos no sistema pós-2008	631
11.10.2.1.	O juiz contaminado.....	633
11.10.3.	Hipóteses de admissibilidade da prova ilícita	635
11.10.3.1.	Exceção de boa-fé	635
11.10.3.2.	Exceção de impugnação.....	636
11.10.3.3.	Exceção de erro inócuo.....	636
11.10.3.4.	Limitações quanto à legitimidade para requerer a exclusão da prova...	637
11.10.3.5.	Princípio da proporcionalidade	638
11.10.3.6.	Prova ilícita <i>pro reo</i>	640
11.10.3.7.	Teoria da visão ampla – <i>plain view doctrine</i>	642
11.10.3.8.	Teoria dos campos abertos e das buscas particulares – <i>Open fields doctrine</i> e <i>Private Searches Doctrine</i>	644
11.11.	Prova ilícita por derivação – A teoria dos frutos da árvore envenenada	647
11.11.1.	Teoria da fonte independente.....	649
11.11.2.	Exceção da descoberta inevitável (teoria da fon- te hipotética independente)	650
11.11.3.	Teoria do nexo causal atenuado (teoria da con- taminação expurgada ou conexão atenuada ou vício diluído).....	652
11.12.	Prova típica e atípica: noção.....	654
11.13.	Provas típicas e atípicas: distinção com conceitos afins (pro- va anômala, prova irritual e prova nominada).....	661
11.14.	Do exame do corpo de delito e das perícias em geral – Arts. 158 a 184 do CPP.....	666
11.14.1.	Noções gerais.....	666
11.14.2.	Terminologia	667
11.14.3.	Obrigatoriedade do exame de corpo de delito....	668
11.14.4.	Modalidades de exame de corpo de delito	669

11.14.5.	Peritos – Generalidades	672
11.14.5.1.	Classificação dos peritos.....	673
11.14.5.2.	A exigência da realização do exame por um perito – Análise histórica e atual.....	673
11.14.5.3.	Ausência de peritos oficiais.....	675
11.14.6.	Momento da realização da perícia, oferecimento da denúncia sem exame de corpo de delito, nomeação de peritos.....	676
11.14.7.	Indicação de assistentes técnicos.....	677
11.14.8.	Realização da perícia	680
11.14.9.	Sistemas de apreciação do laudo pericial: vinculatório ou liberatório.....	683
11.14.10.	Autópsia	683
11.14.11.	Exumação.....	684
11.14.12.	Exame de local de crime.....	684
11.14.13.	Exame de delito e lesões corporais.....	685
11.14.14.	Exames laboratoriais.....	685
11.14.15.	Exames nos crimes cometidos com destruição/ rompimento de obstáculo ou escalada.....	686
11.14.16.	Laudo de avaliação.....	686
11.14.17.	Exame de local de incêndio	686
11.14.18.	Exame grafotécnico.....	687
11.14.19.	Exame dos instrumentos do crime	688
11.14.20.	Perícias não previstas em lei.....	688
11.14.21.	Cadeia de custódia	690
11.15.	Interrogatório	696
11.15.1.	Noção e natureza jurídica.....	696
11.15.2.	Obrigatoriedade do interrogatório e direito ao silêncio.....	698
11.15.3.	Condução coercitiva em caso de ausência do réu	700
11.15.4.	Interrogatório da pessoa jurídica.....	704
11.15.5.	Local do interrogatório.....	704
11.15.6.	Características do interrogatório	707
11.15.7.	O procedimento do interrogatório e seu conteúdo ..	708

11.15.7.1.	O momento do interrogatório na audiência.....	708
11.15.7.2.	Providências preparatórias	711
11.15.7.3.	O ato do interrogatório	711
11.15.7.4.	Qualificação e advertência prévia do interrogatório.....	712
11.15.7.5.	Início do interrogatório e suas modalidades.....	713
11.15.7.6.	Modalidades especiais de interrogatório	716
11.15.8.	Renovação do interrogatório	717
11.16.	Confissão	718
11.16.1.	Noção, natureza jurídica e fonte.....	718
11.16.2.	Espécies de confissão.....	718
11.16.3.	Requisitos da confissão	719
11.16.4.	Características da confissão	719
11.16.5.	Valor da confissão.....	720
11.17.	Ofendido	721
11.17.1.	Noção e natureza jurídica	721
11.17.2.	Procedimento e contraditório.....	722
11.17.2.1.	O ofendido e o falso testemunho	723
11.17.3.	Diferenças entre testemunha e vítima.....	723
11.17.4.	Valor probatório das declarações do ofendido.....	723
11.17.5.	Obrigatoriedade ou facultatividade na oitiva do ofendido.....	724
11.18.	Prova Testemunhal	731
11.18.1.	Noções gerais.....	731
11.18.2.	Natureza jurídica, legitimados, valor	733
11.18.3.	Classificação das testemunhas.....	733
11.18.4.	Procedimentos em relação à testemunha (momento para arrolar, desistência e substituição de testemunha)	736
11.18.5.	Deveres da testemunha.....	738
11.18.6.	Número máximo de testemunhas	741
11.18.7.	Procedimento para a produção da prova testemunhal – Direct e cross examination – a nova forma de colheita da prova oral.....	742

11.18.8.	Capacidade de ser testemunha	743
11.19.	Reconhecimento de pessoas e coisas	747
11.19.1.	Noção, natureza jurídica e espécies.....	747
11.19.2.	Procedimento para o reconhecimento	747
11.19.3.	Reconhecimento coletivo ou em grupo	752
11.19.4.	Reconhecimento fotográfico.....	752
11.20.	Acareação.....	757
11.20.1.	Noção, natureza jurídica e momento.....	757
11.20.2.	Pressupostos da acareação.....	758
11.20.3.	Sujeitos da acareação.....	759
11.20.4.	Procedimento da acareação.....	760
11.20.5.	Valor probatório da acareação e obrigatoriedade...	761
11.21.	Documentos.....	761
11.21.1.	Noção e classificação	761
11.21.2.	Produção da prova documental	763
11.21.3.	Limitação à produção da prova documental	764
11.21.4.	O juiz e a produção da prova documental.....	764
11.21.5.	Documentos estrangeiros e validade do documento particular	765
11.21.6.	Públicas formas e devolução dos documentos nos processos findos	766
11.22.	Indícios	766
11.22.1.	Generalidades e noção	766
11.22.2.	Indícios e presunções	767
11.22.3.	Valor probatório dos indícios	768
11.23.	As provas atípicas no sistema processual brasileiro: uso e generalidades do procedimento probatório.....	769
11.23.1.	Liberdade probatória, provas atípicas e seus limites...	772
11.23.2.	Procedimento probatório modelo nas provas atípicas e seu valor	777
11.24.	Meios de obtenção de prova (meios de pesquisa).....	781
11.24.1.	Busca e apreensão.....	782
11.24.1.1.	Generalidades e natureza jurídica	782
11.24.1.2.	Objeto da busca	783

11.24.1.3.	Busca domiciliar.....	784
11.24.1.4.	Busca pessoal.....	791
11.24.1.5.	Busca em veículo e em celular	792
11.24.1.6.	Busca em escritório de advocacia e em prédio	796
11.24.1.7.	Serendipidade (encontro fortuito de provas, crime achado).....	801
Capítulo 12.	Dos atores processuais (os sujeitos do processo)	804
12.1.	Noções gerais	805
12.2.	Juiz.....	806
12.2.1.	Forma de seleção de magistrados.....	808
12.2.2.	Funções desenvolvidas pelo juiz no Direito Processual Penal	810
12.2.3.	O Código de Ética da Magistratura.....	810
12.2.4.	Suspeição, Impedimento e incompatibilidades dos juízes.....	812
12.3.	Ministério Público	819
12.3.1.	Forma de seleção de promotores.....	821
12.3.2.	Funções do Ministério Público	821
12.3.3.	Impedimentos e incompatibilidades dos promotores	823
12.4.	Autoridade Policial.....	825
12.5.	Acusado	826
12.5.1.	Autodefesa, Defesa Técnica e os direitos daí decorrentes	827
12.5.2.	Revelia.....	827
12.6.	Defesa técnica	830
12.6.1.	Defensor Particular.....	830
12.6.2.	Defensor Público	831
12.6.2.1.	Forma de seleção de defensores	831
12.6.2.2.	Funções da Defensoria Pública.....	832
12.6.2.3.	Impedimentos e incompatibilidades dos defensores públicos	833
12.7.	Ofendido	834
12.7.1.	Ofendido como assistente de acusação.....	835

Capítulo 13. Medidas cautelares pessoais	840
13.1. Teoria geral das medidas cautelares pessoais	842
13.1.1. Considerações gerais e espécies	842
13.1.2. Características das medidas cautelares	847
13.1.3. Medidas cautelares pessoais – os princípios nor- teadores da Constituição Federal e do Pacto de São José da Costa Rica	855
13.1.3.1. Princípio da Presunção de Inocência	855
13.1.3.2. Princípio da Duração Razoável do Processo	857
13.1.4. Critérios gerais e procedimento modelo para apli- cação das medidas cautelares pessoais segundo o CPP	861
13.1.4.1. Necessidade, adequação, propor- cionalidade e o critério de subsidia- riedade da prisão preventiva – Art. 282, I e II e § 6º	862
13.1.4.2. Cumulatividade	866
13.1.4.3. Atuação do juiz e sistema acusatório	867
13.1.4.4. Contraditório prévio	870
13.1.4.5. Consequências do descumprimento das medidas cautelares pessoais	872
13.2. Prisão	873
13.2.1. Considerações gerais	873
13.2.2. Classificações (prisão processual, cautelar, provi- sória e medida precautelares)	873
13.2.3. Princípios constitucionais e convencionais sobre a prisão cautelar	876
13.2.4. Imunidades Prisionais	895
13.2.5. Tempo e local da prisão: o período em que pode ser feita a prisão e o local em que poderá ser efe- tuada	907
13.2.6. Mandado de prisão – arts. 285 a 289 – <i>A red notice</i> (difusão vermelha)	909
13.2.6.1. Prisão, perseguição e a proteção ao domicílio de terceiros	912
13.2.7. Prisão Especial, Prisão em Sala do Estado Maior e Prisão do Índio	914

13.3.	Prisão em flagrante	917
13.3.1.	Noção, natureza jurídica e fases do flagrante	917
13.3.2.	Sujeitos ativo e passivo do flagrante	919
13.3.3.	Modalidades de flagrante do Código de Processo Penal	919
13.3.4.	Modalidades de flagrante criados pela doutrina e jurisprudência – flagrante preparado, flagrante esperado e flagrante forjado	922
13.3.5.	Modalidades de flagrante previstos em leis especiais (Flagrante retardado, diferido, ou ação controlada e entrega vigiada)	924
13.3.6.	Formalidades do auto de prisão em flagrante	926
13.3.6.1.	Atuação do juiz ao receber o flagrante	931
13.3.7.	Flagrantes em algumas modalidades de crimes (permanente, habitual, ação penal privada, ação penal pública condicionada)	933
13.4.	Prisão preventiva – prisão preventiva <i>strictu sensu</i>	935
13.4.1.	Considerações gerais	935
13.4.2.	Momento para a decretação da prisão preventiva ..	936
13.4.3.	Legitimidade para o requerimento e atuação do juiz	937
13.4.4.	Legitimidade para o decreto de prisão preventiva	938
13.4.5.	O cabimento da prisão preventiva – Classificação dos requisitos e as diversas posições	938
13.4.6.	Pressupostos positivos e negativos da prisão preventiva	948
13.4.7.	Hipóteses de cabimento da prisão preventiva	950
13.4.7.1.	Garantia da ordem pública	950
13.4.7.2.	Garantia da ordem econômica	955
13.4.7.3.	Conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal	956
13.4.8.	Condições de admissibilidade da prisão preventiva	958
13.4.9.	Os requisitos controversos na doutrina e na jurisprudência pós-reforma de 2011	960
13.4.10.	Relaxamento e revogação da prisão preventiva ..	963

13.4.11.	Prisão cautelar para a extradição.....	963
13.5.	Prisão temporária	966
13.5.1.	Cabimento da prisão temporária.....	967
13.5.2.	Momento da prisão temporária e motivação da decisão.....	974
13.5.3.	Prazo de duração da prisão temporária e prorrogação.....	974
13.5.4.	Conversão da prisão temporária em prisão preventiva.....	976
13.6.	Medida substitutiva da prisão preventiva – Prisão domiciliar.....	977
13.7.	Medidas diversas da prisão (medidas alternativas à prisão).....	984
13.8.	Liberdade Provisória.....	995
13.8.1.	Considerações gerais.....	995
13.8.2.	Liberdade provisória: modalidades e limites.....	997
13.8.3.	Liberdade provisória obrigatória.....	998
13.8.4.	Liberdade provisória vedada.....	999
13.8.5.	Liberdade provisória possível.....	1002
13.8.6.	Liberdade provisória possível – A liberdade provisória sem fiança	1003
13.8.6.1.	Procedimento para a concessão da liberdade provisória sem fiança e cumulação com outras cautelares ...	1006
13.8.7.	Liberdade provisória com fiança.....	1006
13.8.7.1.	Comentários Gerais.....	1006
13.8.7.2.	Fiança pelo delegado.....	1007
13.8.7.3.	Arbitramento da fiança.....	1008
13.8.7.4.	Procedimento da fiança.....	1010
13.8.7.5.	Deveres decorrentes da fiança	1010
13.8.7.6.	Perda, Quebra, Cassação e reforço da fiança.....	1010
Capítulo 14. Teoria geral dos procedimentos e atos processuais.....		1012
14.1.	Premissas.....	1014
14.2.	Considerações gerais	1014
14.3.	Espécies de procedimentos e fluxograma do procedimento comum ordinário	1018

14.4.	Recebimento da denúncia	1021
14.4.1.	Quantidade de recebimentos da denúncia	1022
14.4.2.	Motivação no recebimento da denúncia	1023
14.4.3.	Emendatio libelli e recebimento da denúncia	1024
14.4.4.	Rejeição da denúncia – art. 395 do CPP	1026
14.5.	Citação.....	1028
14.5.1.	Considerações gerais e modalidades	1028
14.5.2.	Citação real.....	1030
14.5.3.	Citação ficta: citação por hora certa	1031
14.5.4.	Citação por edital	1034
14.6.	Resposta	1039
14.7.	Absolvição sumária – art. 397 do CPP – julgamento antecipado <i>pro reo</i>	1041
14.8.	Audiência de instrução, debates e julgamento – arts. 400 a 405 do CPP	1045
14.9.	Sentença	1052
14.9.1.	Considerações gerais: atos processuais em geral e classificação das sentenças	1052
14.9.2.	Requisitos da sentença	1055
14.9.3.	Sentença absolutória	1058
14.9.4.	Sentença condenatória	1061
14.9.5.	Correlação entre acusação e sentença – <i>Emendatio e Mutatio libelli</i>	1063
14.9.5.1.	<i>Emendatio e Mutatio libelli</i> – Crítica e questões controversas	1069
14.9.6.	Coisa julgada	1071
14.9.6.1.	Noções gerais – conceito e a coisa julgada parcial	1071
14.9.6.2.	Coisa julgada formal e material – A relativização da sentença absolutória pela CIDH	1073
14.9.6.3.	Limites objetivos e limites subjetivos da coisa julgada	1074
14.9.6.4.	Questões específicas – concurso formal, crime habitual, crime continuado	1076
14.9.7.	Sentença penal condenatória e os efeitos secundários	1078

14.10.	Procedimento comum sumário	1082
14.11.	Procedimento Comum Sumaríssimo – Juizado Especial Criminal (Jecrim) – Lei 9.099/1995	1083
14.11.1.	Critérios orientadores e objetivos do Jecrim	1083
14.11.2.	Competência do Jecrim	1084
14.11.3.	Fluxograma do rito Jecrim	1085
14.11.4.	Termo circunstanciado – art. 69	1086
14.11.5.	Audiência preliminar	1086
14.11.5.1.	Composição civil: arts. 72 e 74, parágrafo único	1086
14.11.5.2.	Transação penal: art. 76	1087
14.11.6.	Audiência de instrução, debates e julgamento.....	1089
14.11.7.	Sistema recursal e impugnações em geral no Juizado Especial Criminal	1090
14.11.8.	Suspensão condicional do processo (sursis processual – art. 89 da Lei 9.099/1995).....	1094
14.12.	Procedimentos Especiais – Crimes de Responsabilidade de Funcionário Público afiançáveis – arts. 513 a 518 do CPP.....	1101
14.13.	Processo e julgamento dos crimes de calúnia e injúria de competência do juiz singular – arts. 519 a 523 do CPP	1104
14.13.1.	Generalidades e pedido de explicações	1104
14.13.2.	Procedimento e audiência de reconciliação	1105
14.13.3.	Exceção da verdade e da notoriedade do fato...	1108
14.14.	Procedimento do Júri.....	1111
14.14.1.	Considerações gerais.....	1111
14.14.2.	Princípios constitucionais do Júri	1111
14.14.3.	Procedimento da primeira fase do Júri – Sumário da culpa – <i>iudicium accusationis</i> – Arts. 406 a 421 do CPP.....	1115
14.14.4.	Pronúncia – arts. 413, 420 e 421 do CPP.....	1119
14.14.4.1.	Requisitos e crimes conexos.....	1119
14.14.4.2.	Conteúdo, vinculação, <i>emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i> e efeitos quanto à prescrição.....	1124
14.14.5.	Impronúncia (despronúncia) – art. 414 do CPP	1129
14.14.6.	Desclassificação – art. 419 do CPP	1130

14.14.7.	Absolvição sumária – art. 415 do CPP	1132
14.14.8.	Preparação da segunda fase do Júri	1134
14.14.9.	Desaforamento – arts. 427 e 428 do CPP	1135
14.14.9.1.	Considerações gerais	1135
14.14.9.2.	Hipóteses de cabimento do art. 427 e legitimidade.....	1137
14.14.9.3.	Hipóteses de cabimento do art. 428 e legitimidade.....	1139
14.14.9.4.	Aceleração de julgamento – art. 428, § 2º, do CPP	1141
14.14.10.	Sessão Plenária de Julgamento – considerações gerais	1141
14.14.11.	Instalação da sessão plenária	1142
14.14.11.1.	Jurados.....	1142
14.14.11.2.	Ausência do Ministério Público	1143
14.14.11.3.	Ausência do assistente de acusação	1143
14.14.11.4.	Ausência do advogado de defesa ou do defensor	1143
14.14.11.5.	Ausência do acusado	1144
14.14.11.6.	Ausência das testemunhas	1145
14.14.12.	Sorteio do Conselho de Sentença e Juramento – arts. 462 a 472 do CPP	1146
14.14.13.	Instrução e interrogatório em plenário – arts. 473 a 475 do CPP.....	1149
14.14.14.	Debates e encerramento – arts. 476 a 481 do CPP	1152
14.14.14.1.	Conteúdo dos debates, vedações e encerramento.....	1155
14.14.15.	Sala especial e quesitos.....	1160
14.14.16.	Sentença do Juiz Presidente – arts. 492 e 493 do CPP.....	1170

Capítulo 15. Nulidades..... 1172

15.1.	Considerações gerais e natureza jurídica.....	1173
15.2.	Classificações das nulidades	1175
15.2.1.	A tríade tradicional – Inexistência, nulidade e irregularidade	1175
15.2.2.	Nulidade absoluta e nulidade relativa, sanáveis e insanáveis e cominadas e não cominadas	1180

15.3.	Princípios em sede de nulidades	1184
15.3.1.	Princípio da tipicidade das formas.....	1184
15.3.2.	Princípio da eficácia dos atos processuais.....	1193
15.3.3.	Princípio da restrição processual à decretação das nulidades	1193
15.3.4.	Princípio da instrumentalidade das formas e princípio do prejuízo	1194
15.3.5.	Princípio da causalidade ou da consequencialidade	1196
15.3.6.	Princípio da conservação dos atos processuais.....	1197
15.3.7.	Princípio do interesse	1198
15.4.	Formas de saneamento das nulidades	1200
15.5.	Nulidades cominadas no Código de Processo Penal.....	1201
15.5.1.	Art. 564, inc. I – por incompetência, suspeição ou suborno do juiz.....	1201
15.5.2.	Art. 564, inc. II – por ilegitimidade de parte	1202
15.5.3.	Art. 564, inc. III – por falta das fórmulas ou dos termos seguintes	1203
15.5.4.	Art. 564, inc. IV – por omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato.....	1211
15.5.5.	Art. 564, inc. V – em decorrência de decisão carente de fundamentação	1212
15.6.	Momento para a arguição das nulidades e nulidades sanáveis.....	1214
Capítulo 16. Recursos e ações autônomas impugnativas.....		1216
16.1.	Noções gerais, natureza jurídica e o tema da execução provisória	1219
16.2.	Classificação dos recursos	1226
16.3.	Princípios em matéria recursal	1227
16.3.1.	Princípio do duplo grau de jurisdição	1227
16.3.2.	Princípio da voluntariedade	1234
	16.3.2.1. Voluntariedade e reexame necessário (recurso de ofício)	1235
16.3.3.	Princípio da disponibilidade dos recursos.....	1238
16.3.4.	Princípio da fungibilidade, do recurso indiferente, da permutabilidade dos recursos ou da conversibilidade dos recursos.....	1239

16.3.5.	Princípio da unirrrecorribilidade, da singularidade ou da unicidade	1242
16.3.6.	Princípio da irrecorribilidade das interlocutórias ou da irrecorribilidade em separado das interlocutórias	1243
16.3.7.	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	1243
16.3.8.	Princípio da taxatividade.....	1249
16.3.9.	Princípio da personalidade dos recursos <i>versus</i> princípio do benefício comum	1250
16.3.10.	Princípio da dialeticidade.....	1251
16.4.	Pressupostos ou requisitos de admissibilidade recursal – O juízo de admissibilidade (juízo de prelibação) e o juízo de mérito (juízo de libação).....	1253
16.4.1.	Noção.....	1253
16.4.2.	Condições recursais.....	1254
16.4.2.1.	Cabimento – Possibilidade jurídica do pedido.....	1254
16.4.2.2.	Legitimidade recursal.....	1255
16.4.2.3.	Interesse recursal	1256
16.4.3.	Pressupostos recursais.....	1259
16.4.3.1.	Investidura	1259
16.4.3.2.	Capacidade de quem formula o recurso	1259
16.4.3.3.	Regularidade formal do recurso e tempestividade.....	1260
16.4.3.4.	Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do direito de recorrer.....	1264
16.5.	Efeitos dos recursos.....	1267
16.5.1.	Efeito obstativo.....	1267
16.5.2.	Efeito devolutivo.....	1267
16.5.3.	Efeito suspensivo	1269
16.5.4.	Efeito regressivo, iterativo ou diferido.....	1270
16.5.5.	Efeito extensivo.....	1271
16.5.6.	Efeito substitutivo	1272
16.5.7.	Efeito translativo	1272
16.6.	Recurso em sentido estrito	1275

16.6.1.	Generalidades.....	1275
16.6.2.	Cabimento.....	1278
16.6.2.1.	Decisão que não receber a denúncia ou queixa	1278
16.6.2.2.	Decisão que reconhece a incompetência de juízo.....	1280
16.6.2.3.	Decisão que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição	1281
16.6.2.4.	Decisão que pronunciar o acusado....	1282
16.6.2.5.	Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante	1283
16.6.2.6.	Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido seu valor	1283
16.6.2.7.	Decisão que decretar ou não a extinção da punibilidade	1283
16.6.2.8.	Sentença que conceder ou negar a ordem de <i>habeas corpus</i>	1284
16.6.2.9.	Decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte.....	1285
16.6.2.10.	Decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir	1285
16.6.2.11.	Decisão que denegar a apelação ou a julgar deserta	1286
16.6.2.12.	Decisão que ordenar a suspensão do processo, em virtude de questão prejudicial.....	1286
16.6.2.13.	Decisão sobre o incidente de falsidade...	1287
16.6.2.14.	Decisão sobre homologação de acordo de não persecução penal....	1287
16.6.3.	Legitimidade do recurso em sentido estrito	1287
16.6.4.	Competência recursal	1288
16.6.5.	Regularidade formal e procedimento	1288
16.6.6.	Efeitos.....	1289

16.6.7.	Aspectos do interesse de agir	1290
16.6.8.	Procedimento	1290
16.7.	Apelação	1291
16.7.1.	Considerações gerais	1291
16.7.2.	Cabimento	1292
16.7.2.1.	Sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida por juiz singular – art. 593, I	1292
16.7.2.2.	Decisões definitivas, ou com forças de definitivas, proferidas por juiz singular, nos casos em que não houver previsão legal de cabimento do recurso em sentido estrito – art. 593, II....	1294
16.7.2.3.	Decisões do tribunal do júri – art. 593, III, do CPP	1295
16.7.3.	Legitimidade	1302
16.7.3.1.	Ministério Público	1302
16.7.3.2.	Acusado	1302
16.7.3.3.	Defensor	1302
16.7.3.4.	Ofendido e terceiros	1302
16.7.4.	Competência recursal	1304
16.7.5.	Regularidade formal e procedimento	1304
16.7.6.	Fato impeditivo e extintivo: não recolhimento do réu à prisão, renúncia, desistência e deserção	1305
16.7.7.	Efeitos	1305
16.7.8.	Prazo	1306
16.7.9.	Lei 9.099/1995 (Cabimento, competência, prazos, regularidade formal)	1307
16.8.	Embargos infringentes ou de nulidade	1307
16.8.1.	Considerações gerais	1307
16.8.2.	Legitimidade	1308
16.8.3.	Cabimento	1308
16.8.4.	Competência recursal	1309
16.8.5.	Regularidade formal	1310
16.8.6.	Efeitos	1310
16.8.7.	Procedimento	1311

16.8.8.	Prazo, interposição e os recursos extraordinários ...	1311
16.9.	Embargos de declaração	1313
16.9.1.	Considerações gerais	1313
16.9.2.	Cabimento	1314
16.9.3.	Natureza Jurídica	1315
16.9.4.	Competência recursal	1315
16.9.5.	Legitimidade	1315
16.9.6.	Regularidade formal	1316
16.9.7.	Prazo	1316
16.9.8.	Efeitos	1317
16.9.9.	Embargos na Lei 9.099/1995	1318
16.9.10.	Procedimento	1318
16.9.11.	Suspensão ou interrupção do prazo para outros recursos	1319
16.10.	Carta Testemunhável	1319
16.10.1.	Considerações gerais	1319
16.10.2.	Natureza Jurídica	1320
16.10.3.	Cabimento	1320
16.10.4.	Competência recursal	1320
16.10.5.	Regularidade formal	1320
16.10.6.	Efeitos	1321
16.10.7.	Prazo recursal	1321
16.10.8.	Procedimento	1321
16.11.	Agravo em execução	1321
16.11.1.	Introdução	1321
16.11.2.	Cabimento	1322
16.11.3.	Legitimidade e Interesse	1323
16.11.4.	Competência recursal	1323
16.11.5.	Regularidade formal	1323
16.11.6.	Efeitos	1323
16.11.7.	Procedimento no juízo <i>a quo</i>	1324
16.12.	Agravo contra decisão denegatória de recurso extraordinário ou especial	1324
16.12.1.	Cabimento	1324
16.13.	Recurso Ordinário Constitucional	1325

16.13.1.	Cabimento.....	1325
16.13.1.1.	ROC para o STF	1326
16.13.1.2.	Limites da Matéria e cabimento	1326
16.13.2.	Recurso Ordinário Constitucional para o STJ.....	1327
16.13.3.	Procedimento.....	1328
16.13.3.1.	Decisão denegatória de <i>habeas corpus</i>	1328
16.13.3.2.	Mandado de Segurança	1329
16.14.	Recurso extraordinário e recurso especial.....	1329
16.14.1.	Considerações gerais.....	1329
16.14.2.	Cabimento.....	1336
16.14.2.1.	Cabimento do recurso extraordinário – Generalidades	1336
16.14.2.2.	Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, <i>a</i> – contrariedade à CF.....	1336
16.14.2.3.	Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, <i>b</i> – declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.....	1337
16.14.2.4.	Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, <i>c</i> – julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição	1338
16.14.2.5.	Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, <i>d</i> – julgar válida lei local contestada em face de lei federal	1339
	16.14.2.5.1. Cabimento de recurso extraordinário contra acórdão do STJ	1339
16.14.3.	Cabimento do recurso especial – generalidades....	1340
16.14.3.1.	Cabimento do recurso especial – art. 105, III, <i>a</i> – contrariedade a tratado ou lei federal ou negar-lhes vigência.....	1341
16.14.3.2.	Cabimento do Recurso Especial – art. 105, III, <i>b</i> – julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal	1342

16.14.3.3.	Cabimento do recurso especial – art. 105, III, c – der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal	1342
16.14.4.	Recurso extraordinário e especial – legitimidade	1343
16.14.5.	Recurso extraordinário e especial – interesse recursal.....	1344
16.14.6.	Recurso extraordinário e especial – processamento	1344
16.14.7.	Recurso extraordinário e especial – efeitos	1346
16.15.	Ações autônomas impugnativas	1348
16.15.1.	<i>Habeas Corpus</i>	1348
16.15.1.1.	Considerações gerais	1348
16.15.1.2.	Natureza Jurídica e eficácia da decisão	1355
16.15.1.3.	Interesse de agir.....	1356
16.15.1.4.	Possibilidade jurídica do pedido	1357
16.15.1.5.	Legitimidade	1358
16.15.1.5.1.	Legitimidade ativa e intervenção do querelante e do MP	1358
16.15.1.5.2.	Legitimidade passiva – O legitimado passivo é a própria autoridade coatora, aquele responsável pela coação ilegal ao paciente	1361
16.15.1.6.	Espécies de <i>habeas corpus</i>	1362
16.15.1.6.1.	Liberatório	1362
16.15.1.6.2.	Preventivo	1363
16.15.1.6.3.	Profilático ou Preservativo (Trancativo)	1363
16.15.1.6.4.	Individual e Coletivo.....	1364
16.15.1.7.	Hipóteses de impetração.....	1365
16.15.1.8.	Competência para julgamento.....	1368
16.15.1.9.	Procedimento	1369
16.15.1.10.	Recursos das decisões de <i>Habeas corpus</i>	1371

16.15.2.	Revisão Criminal	1373
16.15.2.1.	Conceito	1373
16.15.2.2.	Natureza Jurídica	1374
16.15.2.3.	Condições da ação	1374
16.15.2.3.1.	Legitimidade	1374
16.15.2.3.2.	Interesse de agir	1375
16.15.2.3.3.	Possibilidade jurídica do pedido	1375
16.15.2.4.	Hipóteses de cabimento	1376
16.15.2.5.	Teses e pedidos na revisão criminal....	1378
16.15.2.6.	Procedimento	1378
16.15.2.7.	Ônus da prova	1380
16.15.2.8.	Coisa julgada	1381

Capítulo 17. Disposições Processuais Previstas em Leis Especiais 1382

17.1.	Lei de Execução Penal – Lei 7.210/84.....	1383
17.1.1.	Generalidades.....	1383
17.1.2.	Competência da execução penal.....	1387
17.1.3.	Transferência para presídios federais	1388
17.1.4.	Deveres do preso e sua disciplina art. 44 a 60	1390
17.1.5.	Disciplina dos condenados – modalidades de faltas, sanções e procedimento	1392
17.1.6.	Regime Disciplinar Diferenciado	1401
17.1.7.	Pena privativa de liberdade.....	1409
17.1.7.1.	Generalidades	1409
17.1.7.2.	Doença mental superveniente.....	1411
17.1.7.3.	Regimes de Cumprimento de pena ...	1412
17.1.7.4.	Unificação de penas	1414
17.1.7.5.	Limite de cumprimento de penas.....	1416
17.1.7.6.	Remição da pena	1418
17.1.8.	Progressão de regime.....	1420
17.1.8.1.	Regressão de regime	1425
17.1.9.	Penas restritivas de direitos	1427
17.1.10.	Medida de segurança – artigos 171 a 179 da LEP	1429
17.2.	Lei dos Crimes Hediondos – Lei 8.072/90	1430

17.2.1.	Generalidades e Sistema Adotado	1430
17.2.2.	Proibição de anistia, graça e indulto	1432
17.2.3.	Proibição da fiança	1435
17.2.4.	Regime inicial de cumprimento de pena.....	1437
17.2.5.	Progressão de Regime	1439
17.2.6.	Apelação da sentença condenatória e a prisão para recorrer	1440
17.2.7.	Prisão temporária	1442
17.2.8.	Livramento condicional	1442
17.3.	Lei de Interceptação Telefônica – Lei 9296/96.....	1442
17.3.1.	Considerações gerais e premissas conceituais.....	1442
17.3.2.	Previsão constitucional da interceptação telefônica...	1451
17.3.2.1.	Investigação ou instrução criminal e processos cíveis.....	1451
17.3.2.2.	Prova emprestada.....	1452
17.3.2.3.	Dados e comunicações telemáticas	1453
17.3.2.4.	Cabimento para outras formas de investigação preliminar	1455
17.3.2.5.	Encontro fortuito de provas (Serendipidade).....	1456
17.3.3.	Cabimento da interceptação telefônica segundo da Lei 9.296/96.....	1457
17.3.3.1.	Interceptação telefônica e advogado .	1458
17.3.4.	Legitimidade para a decretação e requerimento	1458
17.3.5.	Prazo da interceptação telefônica.....	1461
17.3.6.	Procedimento da interceptação telefônica e normativa do CNJ	1462
17.3.7.	Sigilo e inutilização da medida	1464
17.3.8.	Aspectos finais.....	1465
17.4.	Código de Trânsito Brasileiro – Lei 9.503/97	1466
17.5.	Lei de Tortura – Lei 9.455/97	1467
Capítulo 18. Flexibilização do processo penal – bases para uma teoria e critérios de efetivação.....		1470
18.1.	O mundo flexibilizado	1471
18.1.1.	Globalização e flexibilização	1472

18.1.2.	Soberania.....	1475
18.1.2.1.	Soberania e flexibilização: a mudança de paradigmas	1476
18.1.3.	Tecnologia e flexibilização.....	1480
18.1.4.	O processo no mundo pautado pela flexibilização....	1482
18.2.	Flexibilização	1489
18.2.1.	O sentido léxico do termo flexibilização	1489
18.2.2.	A noção de flexibilização no processo.....	1490
18.2.3.	Os sistemas rígidos e os sistemas flexíveis no Direito processual penal.....	1493
18.2.4.	O caminhar do processo penal brasileiro para a flexibilização	1496
18.2.5.	Flexibilização em sentido amplo e em sentido estrito: regra de exceção, interpretação extensiva e equidade	1497
18.2.6.	Planos de flexibilização	1499
18.2.7.	Os parâmetros para a flexibilização em sentido estrito	1501
18.2.7.1.	Flexibilização e legalidade.....	1502
18.2.7.2.	Flexibilização e proporcionalidade....	1502
18.2.7.2.1.	O princípio da proporcionalidade como parâmetro da flexibilização nos <i>hard cases</i>	1506
18.2.7.3.	Flexibilização e razoabilidade.....	1507
18.2.8.	A operação de flexibilização	1511
18.2.8.1.	A flexibilização e as partes.....	1515
18.3.	Direitos humanos, devido processo legal e flexibilização.....	1518
18.3.1.	Considerações iniciais	1519
18.3.2.	Caraterísticas dos direitos fundamentais	1520
18.3.3.	Respeito aos direitos humanos e flexibilização	1522
18.3.4.	Os direitos humanos e as Convenções.....	1524
18.3.5.	Direito Internacional dos Direitos Humanos e flexibilização	1524
18.3.5.1.	Devido processo legal na visão da Corte Interamericana de Direitos Humanos	1528

18.3.6.	Direitos humanos, devido processo legal, flexibilização e a macrocriminalidade	1531
Capítulo 19.	Avaliação de aprendizagem	1536
19.1.	Capítulo 1 – Matizes ideológicos do processo penal e a constante busca do equilíbrio	1537
19.2.	Capítulo 2 – As fontes do processo penal, sua leitura normativa e a interpretação no processo penal	1537
19.3.	Capítulo 3 – Sistemas processuais penais.....	1538
19.4.	Capítulo 4 – Princípios do Processo Penal.....	1538
19.5.	Capítulo 5 – Aplicação da Lei Processual Penal.....	1540
19.6.	Capítulo 6 – Inquérito policial e outras formas de investigação preliminar.....	1540
19.7.	Capítulo 7 – Ação Penal e pressupostos processuais.....	1544
19.8.	Capítulo 8 – Ação Civil	1548
19.9.	Capítulo 9 – Competência	1548
19.10.	Capítulo 10 – Questões e processo incidentes.....	1552
19.11.	Capítulo 11 – Provas no processo penal	1554
19.12.	Capítulo 12 – Dos atores processuais (os sujeitos do processo)	1560
19.13.	Capítulo 13 – Medidas Cautelares Pessoais.....	1561
19.14.	Capítulo 14 – Teoria Geral dos procedimentos e atos processuais.....	1566
19.15.	Capítulo 15 – Nulidades.....	1574
19.16.	Capítulo 16 – Recursos e ações autônomas impugnativas.....	1574
19.17.	Capítulo 17 – Disposições processuais previstas em lei especial.....	1579
Capítulo 20.	Bibliografia	1584
Apêndice	Julgamentos do STF com repercussão geral em matéria processual penal e julgamentos repetitivos do STJ em matéria processual penal	1594
1.1.	Julgamentos do STF com repercussão geral em matéria processual penal	1595
1.2.	Julgamentos repetitivos do STJ em matéria processual penal....	1598